



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007800-57.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Espécies de Contratos**
 Requerente: **Rádio Progresso São Carlos Ltda**
 Requerido: **Oton Carvalho Negócios Imobiliários e Manutenção Predial Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Rádio Progresso de São Carlos Ltda propôs a presente ação contra a ré Oton Carvalho Negócios Imobiliários Ltda, pedindo a condenação desta no pagamento da importância de R\$ 2.411,38.

A ré foi citada pessoalmente às folhas 49, não oferecendo resposta (folhas 50), tornando-se revel.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355, II do Código de Processo Civil.

Trata-se da ação de cobrança, por meio da qual a autora pretende a condenação da ré no pagamento da quantia de R\$ 2.411,38. Sustenta que cedeu espaços de tempo em sua programação para fazer anúncios/propagandas do interesse da ré. Embora o serviço tenha sido prestado, a ré não adimpliu com a duplicata vencida em 20/01/2016.

Não há como impor à autora a produção de prova negativa, cuja atribuição pertence ao devedor.

Nos termos do artigo 344 do Código de Processo Civil, se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar a ré a pagar à autora a importância de R\$ 2.411,38, devidamente atualizada desde a propositura da ação e acrescida de juros de mora a partir da citação. Pela regra da causalidade, condeno a ré no



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em R\$ 1.000,00, a fim de não aviltar o nobre exercício da advocacia, com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do trânsito em julgado. Nesse ponto, vale lembrar as brilhantes palavras do ex-presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho: “Os honorários dos advogados não podem ser aviltados. Devem ser considerados bem alimentar, essencial para que o profissional da advocacia seja valorizado e possa, dessa forma, fazer com que o cidadão seja engrandecido”.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 14 de setembro de 2016.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**